

O Admirável Horizonte da Bioética

Maria do Céu Patrão Neves

Começo necessariamente por felicitar a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, nas pessoas do Prof. Vasco Rato e do Eng.º Jorge Gabriel, pela iniciativa de lançamento de uma nova linha editorial, consentânea com o perfil de renovado dinamismo da instituição em resposta aos desafios que a evolução da sociedade coloca. A colecção *Ciência Disruptiva* anuncia-se, imediatamente pelo título, como diferente e ousada, como inovadora e provocadora de um futuro para o qual se compromete tacitamente a contribuir;

- felicito também a editora Glaciar, na pessoa do Dr. Jorge Reis-Sá, por ter dado uma excelente expressão física a este projecto. Para além do título e do autor, e certamente antecipando e até preparando o encontro do leitor com o conteúdo da obra, a sua apresentação gráfica constitui o primeiro apelo, por vezes de longe, de um escarapate de montra, para um potencial leitor que passa apressado, e ao qual deverá chamar a atenção. Depois já competirá ao autor (neste caso à autora) manter a atenção viva, isto é, suscitar o interesse, espicaçar a curiosidade, despertar conhecimentos e, sobretudo, estimular à reflexão criadora e autónoma;

- impõe-se também o meu muito sincero agradecimento às ilustres personalidades – Professores João Lobo Antunes e José Gil, e à Bárbara Reis, Directora do Público, que, em circunstâncias difíceis, acederam prestigiar esta mesa aberta ao debate sobre Ciência e Ética, um tema de há muito, plenamente actual e que o futuro não deixará de intensificar. Permitam-me uma referência particular ao Professor Lobo Antunes, cuja amizade tenho o privilégio de desfrutar, e que me tem influenciado e inspirado pelo modo de pensar como pela forma de escrever, na simbiose que encarna de homem das ciências e das humanidades. Por isso é inevitável citá-lo neste contexto quando afirma não ser mais “possível argumentar que a ciência é neutra: a ciência amoral é imoral”;

- quero agradecer igualmente a todos os amigos – e permitam-me que destaque a presença da Dr.ª Maria Cavaco Silva, cuja deferência me sensibiliza, bem como do Dr. Nunes Liberato e do Dr. Ademar Marques –, amigos que hoje, aqui, com a sua presença partilham a minha satisfação por um trabalho concluído e dão testemunho de confiança nesse mesmo trabalho realizado, a qual espero não desapontar.

E é do sentimento de “satisfação” que quero ainda falar, reconhecendo a que senti perante o desafio que me foi dirigido de iniciar esta colecção *Ciência Disruptiva* com um livro sobre BioÉtica. Foi uma honra trabalhar com a FLAD e muito particularmente associar o meu nome a uma nova linha editorial e inaugurando-a. Mas não foi fácil...

O primeiro contacto propôs-me a redacção de um livro em três meses, com cerca de 100 mil caracteres, sobre o que seria ou o que será a Bioética no futuro... Confesso

que fiquei angustiada... Sou de escrita lenta, frequentemente prolixa e sempre e só sobre o que conheço... E, todavia, aceitei! Imprudência dos temerários?! Talvez...

Mas é que, afinal, tudo o resto estava praticamente em aberto... Foi-me acrescentado apenas que importava que, numa primeira parte, menor que a segunda, apresentasse uma síntese do que é a bioética. Está bem – pensei – esta era a parte simples.

“No trilho da BioÉtica” faz uma recuperação etimológico-conceitual do neologismo e delinea o vasto domínio legítimo da bioética; reconstrói a sua pré-história e assinala o seu diferente surgimento no mundo anglo-americano, como no europeu continental e ainda os diferentes perfis que vai adquirindo ao longo do seu avassalador processo de globalização. O enfoque nos quatro temas originários da bioética – experimentação humana, consentimento informado, transplantação de órgãos e fertilização *in vitro* – permitiu identificar as suas preocupações iniciais, sistematizar as suas características específicas, evidenciar a prevalência dos seus temas gerais, a par da profunda diversificação e complexificação dos problemas que vão envolvendo e que determinam o próprio desenvolvimento da bioética. Foi assim que – concluo (nas pp. 57 e 58) – *“A bioética, que começou por ser uma prática e cujo sucesso residiu de imediato na sua eficácia na resolução de problemas inéditos, teve de desenvolver uma teoria que garantisse que não se tornasse num pragmatismo ou se convertesse numa técnica mas que, através de um sentido fundamentador, ganhasse objectividade e validade. A bioética é pois de natureza teórico-prática e foi nesta sua dupla dimensão, que lhe confere um estatuto epistemológico e a reconhece como estratégia de intervenção, que penetrou nas diversas sociedades e se expandiu a todo o mundo. Neste seu processo de globalização, alicerçado nas instituições, a bioética tem-se tornado numa autêntica ética cívica das sociedades democráticas, numa participação informada, consciente e responsável dos cidadãos no futuro da sociedade cada vez mais moldada pelas biotecnologias.”*

Por isso a Bioética não interpela apenas académicos e profissionais que trabalham em domínios directamente implicados nos progressos das biotecnologias, mas dirige-se a todos os que assumem a sua obrigação de uma cidadania empenhada e responsável o que, obviamente, requer informação adequada e participação esclarecida.

Tudo o resto era trabalhar sem rede..., nesta futura reflexão ética sobre a ciência do futuro. A formulação reconduziu-me rapidamente a Aldous Huxley e ao seu *Admirável Mundo Novo*, de 1932. Não se trata de um livro de “ficção científica”...? De uma utopia, como alguns diriam...? Ou de uma distopia, como mais frequentemente é apresentado? *“Vendo bem, parece que a Utopia está mais próxima de nós do que se poderia imaginar há apenas quinze anos”* – diz o autor já em 1946. Aldous Huxley tornou-se então a minha inspiração, o que, aliás, o título *O Admirável Horizonte da BioÉtica* assume categoricamente. Uma inspiração dupla: quer no seu projectar o futuro a partir do olhar sobre o presente, quer no realismo da sua percepção sobre a autenticidade das utopias enquanto impulso para a inauguração sucessiva de novos topos através dos progressos científico-tecnológicos.

Foi assim que projectei a primeira secção “as narrativas da humanidade e a lucidez dos homens” para evidenciar o valor dos mitos, das fábulas, dos contos infantis, da ficção como perene e sempre renovada interpretação do humano e da sua escolha do futuro. “São ‘quimeras’” – afirmo na p. 11 – “*que fundem eventos e sonhos através das quais o Homem se foi construindo na sua identidade e na sua relação com o mundo, na sua interpretação do passado e na sua construção do futuro.*”

Simultaneamente interessava-me prevenir o leitor sobre o projecto que havia aceitado desenvolver e que sob a forma de livro agora lhe dedico: “*Trata-se de uma “prospectiva”, no sentido cunhado pelo filósofo Gaston Berger (1957), uma visualização do futuro por extrapolação do presente, que se procura furta às emoções dos alarmes catastrofistas como dos entusiasmos galvanizadores, aspirando, tão-somente, a traçar antecipações possíveis a despertarem acções presentes.*” – explicito na p. 13.

Com efeito, a natureza a imprimir ao texto sempre foi o que assumi como meu maior desafio, antes de aceitar a incumbência, ao longo do rápido mas sinuoso processo de escrita, e hoje ainda ou principalmente hoje que me exponho à vossa leitura crítica. Como escrever sobre o futuro de forma pertinente e credível, rejeitando o sensacionalismo catastrófico ou eufórico que estimula a circulação das publicações...? Como narrar o futuro, o que não existe, o que não é, mantendo o rigor e a seriedade do discurso académico? Mas não é mesmo...? O presente está sempre prenhe do futuro! O desafio era afinal o de projectar um futuro fundamentado numa interpretação do presente e na dinâmica da evolução das ciências, das sociedades, dos valores, a dinâmica que une os tempos sucessivos...

E é esta a parte mais extensa do livro, “os novos horizontes da BioÉtica”, traçados então a partir dos temas originários da bioética e estendendo-se até perder de vista...

A produção da vida humana, cujos antecedentes remontam ao século XIX e às primeiras experiências de inseminação artificial, tem vindo a progredir no sentido quer da externalização do processo reprodutivo, do seu deslocamento da interioridade do corpo humano para a exterioridade em que se situam os laboratórios, quer do aumento da dominação do processo reprodutivo, do crescente controlo humano sobre a realidade natural da geração e da gestação. Refiro-me, por exemplo, à aquisição de gâmetas para reprodução (por necessidade ou conveniência), à selecção não apenas médica (portador de doença ou não) mas também social das características do novo ser (alto ou magro, com espírito científico ou talento musical...), à reserva de um espaço para a gestação (que pode ser um útero alheio como poderá vir a ser uma câmara em laboratório), numa multiplicação das modalidades alternativas de gestação, exclusivamente decididas pela autonomia dos candidatos a progenitores que vão também ensaiando a produção de filhos à sua imagem e semelhança: surdos, para integração na comunidade surda; anões, para integração na comunidade dos anões...

A engenheirização do humano, este processo de redesenhar a vida através da combinação de diversos conhecimentos especializados, iniciou-se no domínio da transplantação cujos desenvolvimentos até ao presente nos permitem antecipar que

progredirá através da substituição de elementos biológicos por outros da mesma natureza (por vezes envoltos em alguma perplexidade: projecta-se um “transplante de cabeça”, mas não será antes um “transplante de corpo”? Neste projecto a cabeça mantém-se e o corpo muda...), os elementos biológicos obtidos em fontes cada vez mais diversificadas (animais ou bio-impressoras 3D, por exemplo), e através da construção ou fabricação, quer de partes do corpo humano, quer de dispositivos variados adaptáveis ao corpo humano (como sejam os implantes biónicos), numa mecanização e hibridação progressiva. A diversificação e ampliação da bioengenheirização do humano prosseguirá no domínio biológico, no plano mecânico, no da inovação tecnológica, assim alcançando um expoente ímpar que podemos projectar, sem fantasia, à encomenda de órgãos para transplante no âmbito de uma medicina cada vez mais personalizada.

A perpetuação da vida humana, a imortalidade, essa derradeira utopia do homem, não por ser a última, mas por ser aquela que torna tudo possível, tem sido procurada ao longo de todos os tempos e de todas as culturas. Hoje, assistida pelos progressos biotecnológicos, adquire novas e surpreendentes modalidades que tanto enveredam pela regeneração sucessiva e, quiçá, até ao infinito, como por uma imortalização biológica. Refiro-me, por exemplo, aos sucessos da medicina regenerativa na reparação de tecidos e órgãos, já hoje uma realidade, e ao sonho da sua extensão a uma substituição contínua e permanente das células atingidas pela degenerescência natural do tempo por células estaminais, numa pretensa cura para a morte; ou a modalidades de regeneração integral como seriam a clonagem (difícilmente recriando a pessoa...), ou a criogenização, até como modalidade alternativa à inumação e à cremação – como há já quem reivindique.

A perfectibilização do humano, mais do que comum a todos os tempos e a todos lugares, é a vocação própria do homem, é o que lhe permite somar à sua identidade biológica universal uma identidade pessoal singular, é o que permite ao ser humano tornar-se pessoa, recriando o seu ser, não biológico mas espiritual, inventando-se através do seu pensar e do seu agir. Esta é uma perfectibilização intelectual e moral que hoje tende a ser confundida com aperfeiçoamento da técnica, do fazer, direccionado cada vez mais para o designado “melhoramento humano” (*human enhancement*), assistido pela convergência de tecnologias emergentes: as biotecnologias, as nanotecnologias, as tecnologias de informação e as ciências cognitivas. O “melhoramento” primeiro é clínico e amplamente justificado, depois social e individualmente decidido numa manipulação da vida que não pertence ao decisor. Rasga-se o horizonte para uma reivindicada obrigatoriedade de recurso intensivo a os meios biotecnológicos disponíveis para redução de todas as fragilidades humanas – sejam as da nossa constituição natural, a doença ou a morte –, na expressão de um trans-humanismo, que pode pretender converter o ser humano num ciborgue; ao mesmo tempo enraíza-se o conceito das “vidas que não deviam existir” (as *wrongful lifes*) ou do direito a não ter nascido (o *wrongful birth*), já legalmente reconhecido (*lebensunwertes Leben...?*).

Vivemos tempos de mudança, opções de charneira entre o que somos e o queremos ser, tempos que não dispensam a nossa intervenção na construção do futuro, opções de que não nos podemos demitir. São desafios a que a Bioética tem de responder e que este “admirável horizonte” apenas aponta a direcção.

Primeiro, na denúncia do “mito da neutralidade”: *“Toda a opção é uma valoração”* e não há *“qualquer conhecimento científico que seja inconsequente, não há qualquer inovação tecnológica que seja inócua; toda a acção humana protagoniza uma finalidade que perpassa nos seus instrumentos ou nos seus meios de realização.”* (p. 127).

Depois, na denúncia da “ilusão da tolerância”: *“a tolerância, hegemonicamente considerada [...] conduz ao exacerbar da autonomia, ao solipsismo do individualismo e ao absolutismo da indiferença que abandona toda a pessoa a si própria e fragmenta a comunidade reduzindo-a a um somatório de cidadãos desprovidos de interesses comuns ou de projectos de futuro partilhados.”* (p. 129).

Por fim, o “imperativo da responsabilidade” que implica: a *“rejeição inequívoca da indiferença perante os outros e as suas acções, perante a comunidade e as suas decisões, de recusa manifesta de demissão do que lhe compete nas suas relações pessoais e como membro de uma comunidade”*, a par da *“participação activa no reforço e estreitamento da coesão social e na construção de um mesmo futuro”* (p. 130).

E todo este percurso se desenrola no espaço imenso do encontro entre duas magníficas produções humanas – ciência e ética – que, distintas, se articulam e complementam. Sempre fui crítica dos que consideram que a ética deve impor limites à ciência, sendo essa a sua função, ou que a ciência deve ignorar a ética, para poder progredir. Como afirmei, há mais de uma década: *“Uma ciência que negligenciasse a ética tornar-se-ia bárbara e selvagem; e uma ética que competisse com a ciência tornar-se-ia dominadora e castradora.”* (2006). Mas sobre este tema personalidades bem mais competentes do que eu tomarão a palavra.

Permitam-me apenas que conclua acrescentando que *“No caso concreto do progresso científico, é a consciência dos seus riscos potenciais que contribuirá para os prevenir e a bioética pode ser interpretada como essa consciência. Não uma consciência agourenta, qual “velho do Restelo”, mas também não uma consciência temerária, animada por uma esperança utópica. Será antes uma consciência da justa medida, prudente, entre as promessas da ciência e a precaução da ética, ao mesmo tempo que realista, no que pode realizar, e pragmática, no que deve ser realizado. É uma consciência lúcida.”* (p. 12).